Por Anderson Farias (*)



O Transtorno do Espectro Autista (TEA) faz parte da vida de milhões de famílias brasileiras e não pode ser tratado como um tema periférico na saúde suplementar. Caracterizado por desafios na comunicação e por padrões de comportamento repetitivos, o autismo exige acompanhamento contínuo, intervenções especializadas e um olhar atento para que cada pessoa possa desenvolver plenamente seu potencial. Nos últimos anos, o crescimento expressivo dos diagnósticos tornou esse debate ainda mais urgente. Dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos indicam que uma em cada 31 crianças está no espectro, o que, quando projetado para a realidade brasileira, pode representar quase 6 milhões de pessoas. Esse cenário redefine, de forma estrutural, o papel das operadoras de planos de saúde.

A realidade é que o tratamento do autismo não é pontual nem de curto prazo. Terapias como Análise do Comportamento Aplicada, fonoaudiologia e terapia ocupacional formam a base do cuidado e precisam ser intensivas, frequentes e, muitas vezes, mantidas por anos. Do ponto de vista assistencial, são indispensáveis. Do ponto de vista financeiro, representam um desafio enorme. Não é incomum que esses atendimentos concentrem até 80% dos custos totais de um beneficiário com TEA, pressionando a sustentabilidade dos planos em um nível que, em alguns casos, supera áreas historicamente caras, como a oncologia.

Tal desequilíbrio tem reflexos diretos na relação entre famílias e operadoras. Diante de negativas ou limitações, milhares de pais recorrem ao Judiciário para garantir o acesso integral às terapias prescritas. A Justiça, em cerca de 90% das ações, tem decidido a favor dos pacientes, especialmente quando o tema envolve métodos reconhecidos, como o ABA. Ao mesmo tempo, o setor enfrenta uma escassez preocupante de profissionais qualificados. Embora existam iniciativas acadêmicas relevantes, como programas de pós-graduação focados no autismo, a formação ainda não acompanha a velocidade da demanda.

A ampliação das regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em vigor desde 2022, reforçou esse cenário ao determinar que qualquer método ou técnica indicada pelo médico para o tratamento do TEA deve ser coberta sem limite de sessões. Para as famílias, trata-se de uma conquista histórica. Para as operadoras, é um chamado à reorganização profunda dos modelos de

gestão do cuidado, sob pena de aumento de conflitos judiciais e desequilíbrio financeiro.

Diante desse contexto, insistir em uma postura apenas reativa deixou de ser uma opção. Algumas experiências mostram que é possível avançar quando há planejamento e estratégia. Mapear e segmentar a carteira de beneficiários com TEA permite entender perfis, faixas etárias e necessidades reais, criando programas mais eficientes e previsíveis. O fortalecimento da rede assistencial, por meio de parcerias com clínicas especializadas e centros de referência, amplia o acesso e pode diluir custos. Investir na capacitação contínua de médicos e terapeutas melhora a qualidade das prescrições e reduz o uso de abordagens sem respaldo científico, beneficiando tanto o paciente quanto o sistema.

Outro ponto crítico é o alinhamento entre quem prescreve e quem executa o tratamento. Quando médicos e terapeutas não se comunicam, o cuidado se fragmenta e perde eficácia. Revisões periódicas dos planos terapêuticos e canais de diálogo estruturados ajudam a manter o foco nos resultados concretos para o desenvolvimento da criança. Além disso, estar rigorosamente em dia com as exigências regulatórias não é apenas uma obrigação legal, mas uma forma de evitar negativas indevidas que quase sempre acabam nos tribunais.

Há também um entendimento crescente de que o cuidado com o autismo não se limita à clínica. Apoiar as famílias com orientação, informação e acolhimento faz diferença no percurso do tratamento e reduz a sensação de abandono que muitas ainda enfrentam após o diagnóstico. Quando esse suporte existe, a relação entre beneficiário e plano deixa de ser conflituosa e passa a ser construída com base na confiança.

O futuro do cuidado com o autismo na saúde suplementar passa, necessariamente, pela união entre gestão responsável, inovação e humanização. Operadoras que investem em redes qualificadas, comunicação transparente e modelos assistenciais estruturados tendem a reduzir litígios, melhorar desfechos clínicos e aumentar a satisfação dos clientes. Oferecer um cuidado consistente para o TEA deixou de ser apenas uma exigência regulatória para se tornar um diferencial estratégico em um mercado onde a demanda só cresce e onde equilibrar custos, cuidado e inovação não é uma escolha, mas uma urgência social.

(*) **Anderson Farias** é CEO da TopSaúde Hub, que é parte do ecossistema da Interplayers e líder em soluções tecnológicas para a gestão da saúde suplementar, oferecendo um ERP inovador que centraliza e otimiza processos para operadoras, administradoras e autogestões de todos os portes.

Sobre a TopSaúde Hub

A TopSaúde Hub, parte do ecossistema da Interplayers, é líder em soluções tecnológicas para a gestão da saúde suplementar, oferecendo um ERP inovador que centraliza e otimiza processos para operadoras, administradoras e autogestões de todos os portes. Com 38 anos de experiência no mercado, a empresa utiliza Inteligência Artificial, BI e Data Analytics para descomplicar a rotina de gestão de planos de saúde, tanto médico como odontológico, além de combater fraudes e desperdícios. A TopSaúde Hub amplia seu impacto com soluções exclusivas, atendendo mais de 13 milhões de vidas ativas e reforçando seu compromisso com a transformação digital do setor. Com atuação em todo território nacional, a empresa revoluciona a gestão em saúde, conectando tecnologia e eficiência para impulsionar negócios. Mais informações: https://www.topsaudehub.com.br/.

Fonte: NB Press, em 09.03.2026